

Trabalho, produtividade e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras

Amanda da Silva Dias Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia – MG – Brasil

Maristela de Souza Pereira

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia – MG – Brasil

Luana Mundim de Lima

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia – MG – Brasil

Resumo

O trabalho, além de fator de sobrevivência, é atividade constituidora do ser humano. No entanto, durante os séculos, a atividade produtiva passou por distintas configurações, culminando na lógica da exploração e acumulação do capitalismo, que em sua perspectiva neoliberal é marcada pela precarização e pelo adoecimento dos trabalhadores. A presente pesquisa buscou investigar as modalidades de adoecimento e sintomas que acometem o docente universitário do ensino público, com o intuito de verificar se há predominância de adoecimentos físicos ou psíquicos. Para tanto, realizou-se uma revisão da literatura, utilizando como suporte para a categorização das informações obtidas a Análise de Conteúdo. Como resultados principais, predominaram as formas de adoecimento consideradas psicossomáticas, seguidas pelas patologias psíquicas e, em terceiro lugar, os adoecimentos e sintomas físicos. Depreende-se a necessidade de dar visibilidade ao adoecimento dos docentes de Instituições de Ensino Superior Públicas e de aprofundar as discussões sobre o trabalho dessa categoria profissional.

Palavras-chave: Trabalho docente; universidades; saúde do trabalhador.

Work, productivity and sickness of teachers in Brazilian public universities

Abstract

This work, as well as a survival factor, is a constitutive activity of the human being. However, over the centuries, productive activity has gone through different configurations, culminating in the logic of exploitation and accumulation of capitalism, which in its neoliberal perspective is marked by precariousness and the sickness of workers. The present research aimed to investigate the modalities of illness and symptoms that affect the university teaching staff of public education, in order to verify if there is predominance of physical or psychic illnesses. For that, a review of the literature was carried out, using as support for the categorization of information obtained from Content Analysis. As main results, the predominant forms of illness considered psychosomatic, followed by the psychic pathologies and, thirdly, the physical illnesses and symptoms. It is necessary to give visibility to the sickness of the teachers of Public Higher Education Institutions and to deepen the discussions about the work of this professional category.

Keywords: teaching work; universities; worker's health.

Trabajo, productivismo y enfermedades de los docentes en las universidades públicas brasileñas

Resumen

El trabajo, además de factor de sobrevivencia, es actividad constituidora del ser. Sin embargo, durante los siglos, la actividad productiva pasó por distintas configuraciones, culminando en la lógica de exploración y acumulación del capitalismo, que en su perspectiva neoliberal está marcada por la precarización, y por la enfermedad de los trabajadores. En la presente investigación se buscó investigar las modalidades de enfermedad y síntomas que acometen el docente universitario de la enseñanza pública, con el intuito de verificar si hay predominancia de enfermedad físicas o psíquicas. Para tanto, se realizó una revisión de la literatura, utilizando como respaldo para la categorización de las informaciones obtenidas el Análisis de Contenido. Como resultados principales, predominaron las formas de enfermedad consideradas psicossomáticas, seguidas por las patologías psíquicas y, en tercer lugar, las enfermedades y síntomas físicos. Se deduce que hay la necesidad de dar visibilidad a la enfermedad de los docentes de Instituciones de Enseñanza Universitaria Públicas y de profundizar las discusiones sobre la labor de esa categoría profesional.

Palabras clave: labor docente; universidad; salud del trabajador.

Introdução

O trabalho é um elemento que faz parte da vida do sujeito e que se apresenta tão antigo quanto ele, sendo apontado inclusive como a atividade que possibilitou o próprio processo de hominização, ou seja, de transformação das formas pré-humanas em humanas (Engels, 2004). Sendo o aspecto que possibilitou tal salto ontológico, o trabalho constitui-se como protoforma da práxis social (Antunes, 2009), o que evidencia seu caráter de centralidade e seu papel de organizador da nossa vida social.

Entretanto, a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, com a mudança da economia de atividade manual para a industrial mecanizada e a divisão dos proprietários do capital/meios de produção e dos operários (proletariado), a atividade laboral torna-se mercadoria, troca de força de trabalho por salário (Barros, 2012). Dessa forma, na Idade Moderna, carregado da concepção burguesa, o trabalho se estabelece como uma ocupação compulsiva e incessante, necessária não somente para a sobrevivência, mas para o consumo, ponto central para a reprodução do sistema capitalista.

A partir da modernidade o trabalho perde seu sentido original, de produtor de valores de uso e viabilizador das necessidades humanas e sociais, para se converter em produtor de mercadorias, atividade abstrata, estranhada e fetichizada (Antunes, 2010). Chegamos então à contemporaneidade, onde esse processo se exacerba ainda mais, em virtude da intensificação das formas de exploração pelo trabalho no capitalismo globalizado.

Nesse cenário, a saúde do trabalhador tem sido afetada, pois, apesar de propiciador de identidade e veículo de sociabilidade, em condições inadequadas o trabalho implica em adoecimento. Compreendendo o docente universitário como um trabalhador, também submetido às mesmas regras de produção e reprodução do sistema, ressalta-se a importância de investigar seu trabalho dentro do contexto de implementação globalizada de políticas neoliberais, as quais têm promovido mudanças nas características do trabalho e na gestão do ensino superior.

Diante do panorama atual de trabalho e de suas consequências para o docente universitário, considerando a importante posição que o mesmo ocupa na sociedade e nos processos educativos, o presente estudo apresenta um levantamento bibliográfico sobre as patologias e sintomas que têm acometido esse trabalhador, buscando identificar na literatura produzida se há maior predominância de impactos físicos ou psíquicos. Tais informações podem ser úteis para fomentar discussões sobre a necessidade de mudanças nas condições e organização do trabalho docente, e auxiliar na proposição de ações voltadas à promoção de saúde dessa categoria.

Trata-se de uma revisão da literatura de artigos acadêmicos sobre as patologias ligadas ao trabalho do docente universitário, abrangendo os últimos dez anos, com foco na atuação no ensino público, por entender que as características do trabalho e os tipos de exigências que pesam sobre esse profissional diferem daquelas relacionadas ao trabalho em instituições de ensino privadas. A escolha desse recorte

também se justifica pelo fato de que a atuação docente no nível superior em contextos privados tem sido alvo de diversos estudos, tais como Elias (2014), Farias Júnior (2014), Carvalho Neto e Braga (2014/2015), Carvalho Júnior e Alves (2015), dentre outros.

Trabalho, Produtivismo, Saúde e Adoecimento

O trabalho é definido por Marx (2013) como um processo entre o homem e a natureza, em que o primeiro, agindo sobre a segunda, a modifica, ao mesmo tempo em que também modifica a si próprio. Para esse autor, “a atividade laboral exige vontade orientada a um fim” (p. 256), de forma que diz respeito unicamente ao homem. Temos assim que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, produtora e ao mesmo tempo transformadora do mundo e também do sujeito. Nesse sentido, o trabalho é compreendido como atividade vital, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, elemento fundante humano, produtor de coisas úteis e necessárias, viabilizador da emancipação humana (Antunes, 2010). Todavia, nos referimos aqui ao trabalho criativo, concreto, livre, o qual suprime a separação entre atividade manual e intelectual, distinção esta que fundamenta a divisão social do trabalho, característica marcante do processo de produção e acumulação capitalista.

Ao mesmo tempo em que o trabalho é produtor do ser social, promotor de saúde e expressão das potencialidades humanas, sob o signo do capital ele se transforma, torna-se atividade abstrata, assume a forma de tarefa assalariada, e seu produtor é reduzido à condição de sujeito-mercadoria, como discute Antunes (2010). Temos aqui um paradoxo: ao mesmo tempo em que é uma necessidade, o motor do metabolismo social entre a humanidade e a natureza, sob o império da mercadoria o trabalho se metamorfoseia em atividade imposta, forçada, compulsória (Antunes, 2009). Torna-se então fonte de sofrimento, de adoecimento e de morte.

No momento histórico atual, há que se ressaltar que a atividade produtiva tem passado por um conjunto de mudanças significativas, as quais visam à reprodução do próprio sistema capitalista, que precisa se reinventar e se renovar, ainda que embasado sob a mesma lógica, qual seja, de exploração e acumulação. No cenário globalizado e sob a pressão do ideário neoliberal, as transformações, apontadas por Antunes (2009), voltam-se essencialmente para a criação de novas formas de intensificação e superexploração do trabalho, para o aumento acentuado da subproletarização ou precarização do trabalho, e para o crescimento da exclusão de trabalhadores do mercado, em um processo de expansão do desemprego estrutural. Como analisa Alves (2011), esses processos afetam profundamente a subjetividade do trabalhador, a qual é capturada pela lógica do capital.

Essa captura é operada de modo tão intenso que a supremacia do livre mercado é assumida como o imperativo categórico dos nossos tempos, havendo uma naturalização do ideário neoliberal no cotidiano (Nardi, 2006). Para esse autor, a legitimação desse processo ocorre mediante discursão

so que acabam por se constituir em regimes de verdade, os quais ordenam os sentidos da vida e as regras de funcionamento das relações e da dinâmica social.

Assim é que o neoliberalismo, enquanto motor do capitalismo globalizado atual, se espalha dos cenários privados para os contextos públicos, que também passam a se organizar pela mesma lógica, pautada no produtivismo, na competição e na precariedade.

A entrada do produtivismo na academia se dá essencialmente nos anos 1990, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, no qual foram implementadas diversas mudanças nas Universidades Públicas, através do processo de Reforma Administrativa, que objetivava alcançar um desempenho mais produtivo (Coutinho, Diogo, Joaquim, Borges, & Sandi Júnior, 2009). Tais modificações pautavam-se na introdução de estratégias gerenciais inspiradas na gestão das organizações privadas, tendo como consequência imediata o direcionamento do ensino, pesquisa e formação mais no mercado, e menos no contexto.

A redução do público à lógica do privado teve como resultado evidente a crescente elevação das exigências de produção acadêmica, pautadas nos índices de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo critério de produtividade calculado especialmente no número de publicações, reforça a lógica individualista e produtivista (Spink & Alves, 2011).

Esta lógica causa algumas distorções significativas. A primeira delas é que o ensino, a reflexividade e o pensamento crítico, que sempre foram marcas distintivas do saber produzido e difundido nas universidades, cedem lugar à reprodução, expressa pela enorme quantidade de artigos que nada acrescentam efetivamente de novo em suas áreas de saber, convertendo-se apenas em uma moeda de troca por pontos de publicação.

Outra distorção notável é que alguns professores acabam por se afastar das atividades de ensino, estágio e extensão, afastando-se até mesmo dos alunos, para concentrarem-se nas tarefas “mais nobres” de preparação de textos para congressos e publicações, como discutem Spink e Alves (2011).

Bernardo (2014) e Borsari (2012) ponderam também sobre o impacto que os parâmetros de produtividade causam sobre os professores vinculados aos Programas de Pós-Graduação, os quais têm a missão de manter uma elevada produção científica, sob pena de serem desvinculados dos Programas, ou pior, de contribuir para que a nota destes junto à CAPES seja rebaixada.

Nesse cenário, há um evidente aumento da sobrecarga de trabalho para os docentes, e torna-se corriqueiro trabalhar para além das 40 horas semanais que constam no contrato, sendo a jornada laboral estendida para os fins de semana, tomando o lugar das horas de lazer e do repouso. Uma conclusão importante que Lopes (2006) depreende dessa situação é que deixa de haver uma separação clara entre o espaço de trabalho e a residência, sendo essa transformada em uma extensão do local de realização de atividades cotidianas dos docentes. Temos então que a

denominação “Dedicação Exclusiva” (DE) deixa de referir-se apenas ao impedimento do exercício de outra atividade remunerada pública ou privada, para definir o tipo de relação estabelecida entre o docente com o trabalho, e o lugar que este ocupa em sua vida.

Há que se mencionar ainda que os critérios de produtividade impostos levam a um crescimento da competição entre os pares, como discute Bernardo (2014). A busca por um lugar ao sol, entendido como a possibilidade de obter financiamento para projetos, estar vinculado a um programa de Pós-Graduação, e ter o reconhecimento de seus pares, instaura uma luta feroz dentro do campo acadêmico. Tomamos aqui o sentido de campo científico de Bourdieu (1994), definido como um espaço concorrencial, pautado pela luta em relação ao monopólio da competência científica, que será compreendida como a capacidade de falar e agir através de uma autoridade outorgada socialmente pelos demais membros do campo.

Bourdieu (2015) aponta que a busca por distinções no campo é necessária para a obtenção de maior capital (real e simbólico). No cenário descrito, essa busca se torna incessante, não há ponto de paragem, pois os critérios vão se elevando cada vez mais.¹ Trata-se então de produzir mais e forma mais destacada do que os outros, sendo abolidas as referências e as solidariedades coletivas, tal qual denuncia Bourdieu (1998).

Nardi (2006) aponta que, nesse processo, criam-se cidadanias de segunda classe, o que nos faz ponderar que, no âmbito da academia, surgem os professores de segunda classe. Como aponta o mesmo autor, trata-se de um processo de darwinismo social, ancorado em uma interpretação deturpada da lei da sobrevivência dos mais fortes, agora revisitada como a naturalização da lei do mercado, onde os mais produtivos é que permanecem. A perversidade é que aqueles que são relegados a um lugar menor, são impactados subjetivamente, e podem adoecer ou mesmo sucumbir. Do mesmo modo, aqueles que estão no topo, sofrem impactos de diversas ordens, resultantes do sobreinvestimento, tendo muitas vezes como consequência, o desgaste físico e psíquico, que podem também culminar no seu adoecimento.

Essa conjuntura de redução do público ao privado evidencia que a precarização também atinge o trabalho dos docentes das universidades públicas. Desse modo, para analisar as patologias e formas de adoecimento dessa categoria, há que se ponderar que a ideia de estabilidade no trabalho e nas relações, que está ligada a uma estabilidade psíquica, cedeu lugar à competição, à luta cotidiana por reconhecimento, à sobrecarga de atividades e à obrigação implícita e explícita por cumprir e conformar-se às regras, o que os coloca em uma posição de vulnerabilidade.

Por fim, há que se considerar também que a atividade docente se situa no que Antunes (2010) aponta como

¹ Uma ilustração dessa elevação constante dos parâmetros é representada pela tendência já apontada pela CAPES de que a avaliação da produção acadêmica não se dê mais apenas em termos numéricos, ou seja, pela quantidade de artigos publicados, mas pelo *fator de impacto* destes.

imbricação entre trabalho material e imaterial. No caso do professor universitário, uma das dimensões materiais de seu trabalho é a produção científica e acadêmica, já mencionada, da qual resultam produtos concretos: artigos, livros, capítulos. Todavia, há também uma dimensão imaterial envolvida, posto que esta produção passa necessariamente pela questão intelectual. Para esse autor, vivenciamos hoje uma tendência da expansão da atividade intelectual dentro da produção, o que confere a esse tipo de atividade um valor de mercadoria, imprimindo-lhe qualidades do trabalho morto. Esse processo faz com que a atividade intelectual se configure como trabalho abstrato, e lhe esvazia o sentido, dado que o produto final se transforma em mercadoria. Desse modo, o docente passa a não se reconhecer mais naquilo que produz, ou seja, no exemplo aqui focalizado, suas produções bibliográficas e acadêmicas se convertem em estranhas para ele, já que deixam de ser dotadas de sentido para serem meros produtos numéricos, mercadorias em série, fruto de um trabalho alienado e abstrato.

Tendo essas reflexões como pano de fundo, a presente revisão da literatura buscou levantar os sintomas e as formas de adoecimento identificadas junto a esses profissionais, considerando que o adoecer não é um processo fortuito, mas sim causado pelo modo de inserção dos sujeitos no processo produtivo, tal qual apontam Laurell (1982) e Noriega (1993).

Método

Com base nos objetivos explicitados, realizou-se um levantamento bibliográfico, cobrindo os últimos dez anos. A escolha por esse recorte temporal deu-se em função de que a categoria docente tem sido bastante destacada em pesquisas e investigações nos anos recentes, de modo que, ao tomar a última década, seria possível obter um panorama sobre a produção científica relacionada à temática de interesse do estudo.

Foram pesquisados os bancos de dados Bireme e Scielo, com os uni-termos: doença e professor, doença e universidade, doença e docente, doença e docente universitário, doença e professores universitários, professor e patologia, docente e patologia, desgaste mental docente, desgaste mental, trabalho docente, saúde e universidade, saúde mental e docente, saúde do trabalhador e docente. Mediante esses uni-termos foram encontrados 29.704 artigos. Desses artigos foram retirados os estudos que não eram da última década ou que possuíam repetição, e selecionados todos que possuíam versão completa em português, que abordassem a questão do adoecimento e fossem direcionados especificamente ao docente universitário efetivo² de ensino público.

2 Tal especificidade justifica-se na medida em que os professores substitutos vivenciam outras problemáticas, posto que seu contrato é por tempo determinado, suas atividades geralmente restringem-se ao ensino e as cobranças que incidem sobre os mesmos são diferentes. Há na atualidade também a categoria intitulada “designados” em algumas IES públicas, os quais também experienciam realidades com características peculiares.

Embora compreenda-se que o professor universitário, assim como outras categorias de trabalhadores, possa apresentar sintomas que indiquem desde o considerado sofrimento psíquico até o adoecimento propriamente dito, optamos por incluir na presente investigação apenas as patologias efetivamente manifestas, por concordarmos com Dejours (1992), para quem o sofrimento é considerado uma etapa pré-patológica.

Com esses critérios foi possível a utilização de 10 artigos (Bernardo, 2012; Borsoi, 2012; Caran, Freitas, Alves, Pedrão, & Robazzi, 2011; Lago, Cunha, & Borges, 2015; Lima & Lima-Filho, 2009; Miranda, Pereira, & Passos, 2009; Moreira & cols., 2011; Silvério, Patrício, Brodbeck, & Grosseman, 2010; Tavares, Magnago, Beck, Silva, Prestes, & Lautert, 2014; Xavier, Barboza, Monteiro, Santos, & Oliveira, 2010).

Foi necessária a definição de uma estratégia que tornasse possível uma análise unificada dos artigos obtidos, cujos delineamentos possuíam diferenças entre si, sendo alguns estudos quantitativos, outros qualitativos, além de centrados em perspectivas diversas. Essa estratégia teve como inspiração a Análise de Conteúdo, tal qual proposta por Bardin (2011). Para essa autora, a análise de conteúdo pode ser descrita como um conjunto de técnicas de análise das informações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens (Bardin, 2011).

Esse processo de análise divide-se em três etapas: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados através da inferência e da interpretação. A pré-análise é definida pela seleção de documentos a serem analisados (Fargo & Fofonca, 2011) através de uma “leitura flutuante” dos mesmos, ou seja, um primeiro contato com o material, e que tem por regras: a exaustão (obter a comunicação em sua totalidade sem excluir nada), a representatividade (abarcando os aspectos principais do que se investiga), a homogeneidade (homogeneidade do tema e aspectos técnicos), pertinência (os documentos devem adaptar-se ao conteúdo e objetivos da pesquisa) e exclusividade (um elemento corresponde exclusivamente a uma categoria), como discute Câmara (2013).

A segunda etapa configura a elaboração das operações de codificação segundo os recortes realizados no texto em forma de unidade de registro. Para tanto, toma-se como unidade, os parágrafos de cada artigo, resumindo-os e retirando deles termos identificados que construirão a primeira categorização através de temas similares.

Essas categorias iniciais também se agrupam por temática, formando categorias intermediárias que são reunidas em função dos temas, gerando as categorias finais. E por fim, a terceira fase visa apreender os conteúdos manifestos e latentes do material, tecendo uma análise comparativa, mediante a justaposição das categorias de cada análise, assinalando os aspectos semelhantes e os distintos (Silva & Fossá, 2015).

Assim, embora este não seja um estudo qualitativo, visto que teve o intento de buscar identificar o tipo e a frequência com que as modalidades de adoecimento aparece-

ram nas obras analisadas, a sistemática oferecida pela Análise de Conteúdo constituiu-se como importante ferramenta para o agrupamento e categorização das informações.

Do contato com o material emergiram as seguintes categorias: 1) Adoecimento psíquico e emocional – que engloba as subcategorias Distúrbios psíquicos e Alterações emocionais e mentais; 2) Adoecimento do corpo – constituída pelas subcategorias Desgaste físico e Adoecimentos físicos e fisiológicos; 3) Adoecimento psicossomático – que é composta por categorias intermediárias, como Alterações psicossomáticas e Comorbidades entre Processos de adoecimento psicológicos e físicos.

Modalidades de adoecimento do docente universitário no Ensino Público

Compreendendo que o trabalho é vital para a vida humana, mas que, ofertado em situações precárias produz

adoecimento, comprovou-se a existência dessa problemática no trabalho do docente universitário do ensino público. A primeira categoria identificada refere-se ao *Adoecimento psíquico e emocional* dos professores. Foram englobadas nesse grupo as subcategorias *Distúrbios Psíquicos* e também *Alterações Emocionais e Mentais*, uma vez que, desde doenças mentais até mudanças nas funções psíquicas, ocasionam algum tipo de impacto sobre os sujeitos.

No que diz respeito à subcategoria *Distúrbios psíquicos*, os mais citados foram: transtornos relacionados ao estresse (agudo e prolongado), transtornos de ansiedade e depressão. A figura 1 apresenta a frequência com que tais distúrbios foram abordados nos artigos selecionados.

Já na subcategoria *Alterações emocionais e mentais*, estão presentes fatores como: perda de vitalidade, desânimo e insatisfação, profunda tristeza, desgaste mental, cansaço mental, alterações da concentração e da memória, angústia, preocupação, nervosismo, irritabilidade, mau humor, tensão e frustração, cujas frequências constam na figura 2.

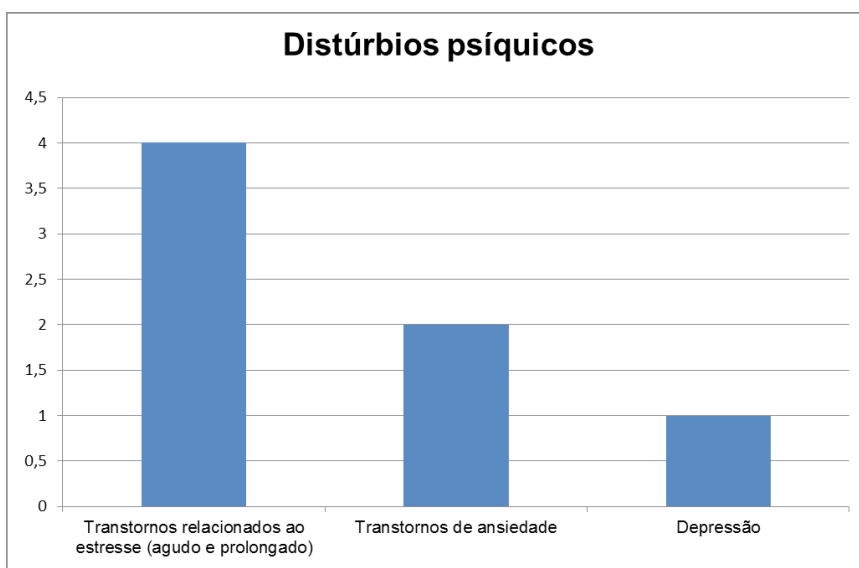


Figura 1. Os componentes da subcategoria Distúrbios Psíquicos.

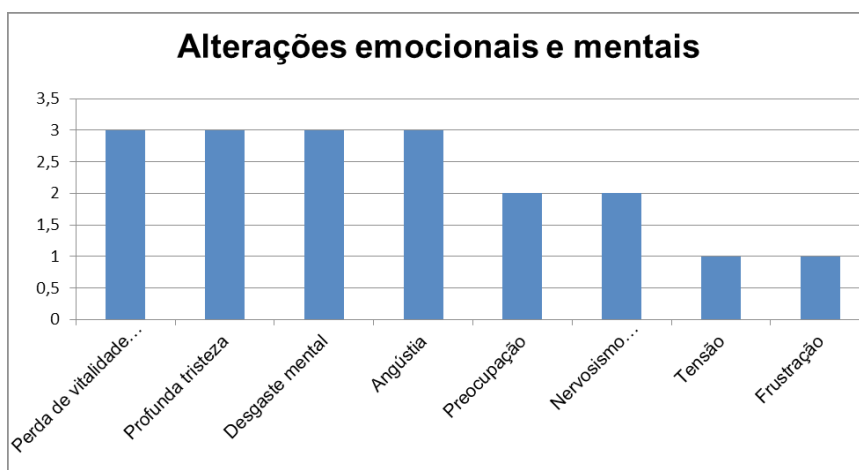


Figura 2. Os componentes da subcategoria Alterações Emocionais e Mentais.

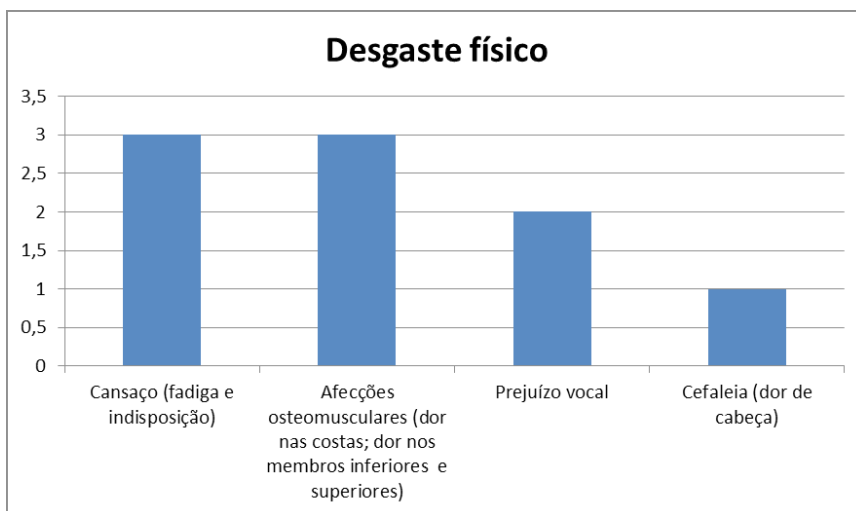


Figura 3. Os componentes da subcategoria Desgaste Físico.

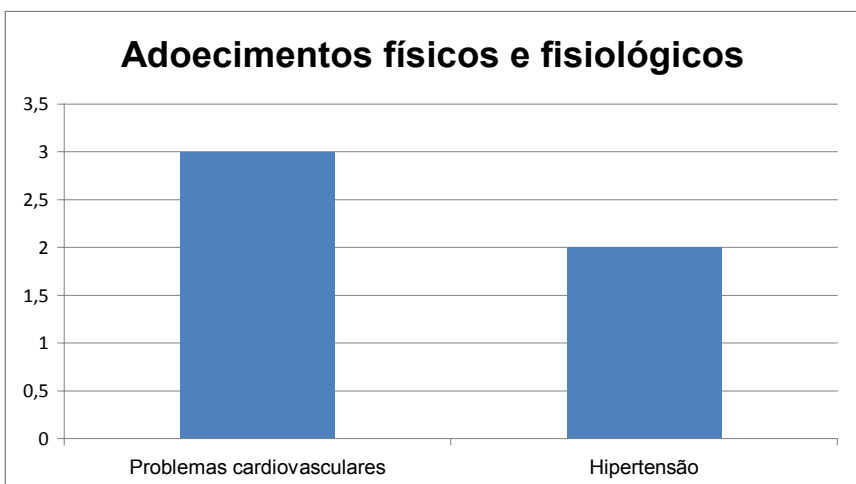


Figura 4. Os componentes da subcategoria Adoecimentos Físicos e Fisiológicos.

No conjunto da categoria *Adoecimento do corpo*, encontram-se elencadas as subcategorias *Desgaste físico* e *Adoecimentos físicos e fisiológicos*. Dentro da subcategoria *Desgaste físico* podemos ressaltar: o cansaço, fadiga e indisposição, o prejuízo vocal, as afecções osteomusculares (dor nas costas, dor nos membros inferiores e superiores) e cefaleia (dor de cabeça). A frequência desses fatores encontra-se na figura 3.

No que se refere às modalidades de *adoecimentos físicos e fisiológicos*, estão entre as mais relatadas nesta categoria de trabalhadores: problemas cardiovasculares (aterosclerose) e hipertensão (vinculada à taquicardia). Na figura 4 pode-se observar a frequência dessas problemáticas.

Com relação à categoria *Adoecimento psicossomático*, separaram-se duas subcategorias: *Alterações psicossomáticas* e *Comorbidades entre processos de adoecimento psicológicos e físicos*. No que tange à primeira subcategoria,

destacam-se: alterações do sono, insônia, enxaqueca, alterações da pressão, alterações da glicose e taquicardia. A figura 5 demonstra a frequência dessas alterações.

A respeito da última subcategoria, pode-se destacar: estresse, crises gástricas (gastrite; dores epigástricas), ansiedade, estados depressivos, crises hipertensivas, labirintite, gripes e resfriados constantes (ocasionados pela baixa imunidade), diabetes, distúrbios hormonais, problemas dermatológicos, cistite, diarreia e dispneia. A frequência de tais comorbidades está apresentada na figura 6.

Entre as categorias centrais, a que mais apareceu na literatura consultada foi a *Adoecimento psicossomático*, com 45,1%. Em seguida, teve destaque a categoria *Adoecimento psíquico e emocional*, com 35,2%. Por último, com 19,7%, foram mencionados os sintomas e formas de adoecimento que compõem a categoria *Adoecimento do corpo*. Passaremos a seguir à discussão desses dados, partindo das



Figura 5. Os componentes da subcategoria Alterações Psicossomáticas.

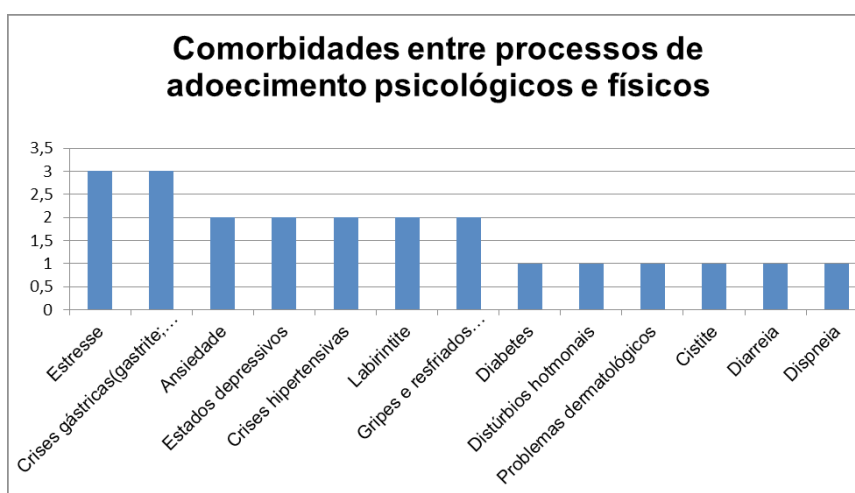


Figura 6. Os componentes da subcategoria Comorbidades entre Processos de Adoecimento Psicológicos e Físicos.

reflexões apontadas pelos autores dos artigos, para se compreender como essas problemáticas têm lugar no cotidiano de trabalho dos docentes focalizados.

Reflexões sobre os achados das pesquisas

Diante dos resultados apresentados, observou-se, através dos artigos analisados, que a categoria de trabalhadores docentes universitários reafirma a existência de adoecimento decorrente das condições de trabalho, sejam ambientais, burocráticas ou subjetivas do trabalho (Fontana & Pinheiro, 2010; Lima & Lima-Filho, 2009; Miranda, Pereira, & Passos, 2009). Lima e Lima-Filho (2009) salientam que o adoecer é originado, principalmente, pela associação de sobrecarga de trabalho e de falta de autonomia, o que acaba

por restringir também os modos de enfrentamento a essas situações. No que concerne a esta pesquisa, constatou-se que a categoria profissional investigada exprime os impactos desses fatores em sintomas físicos, psíquicos e psicossomáticos.

Para Arbex, Souza, e Mendonça (2013), o trabalho do docente de serviço público sofreu transformações advindas do mundo do trabalho e da lógica capitalista, que acabaram por precarizar as condições de trabalho e de saúde, e afetar, assim, o âmbito psíquico e o emocional dos trabalhadores. Referindo-se a essas transformações no trabalho, calcadas nas exigências produtivas, Fontana e Pinheiro (2010) apontam que as patologias e adoecimentos são proporcionados pela sobrecarga de trabalho e pela privação do convívio familiar e das horas de lazer.

Sobre o tipo de patologia relatado com mais frequência na literatura pesquisada, verificou-se a predominância da categoria *Adoecimento psicossomático*, como já relatado. Esse tipo de morbidade foi expresso principalmente por alterações psicossomáticas, tais como: alterações do sono, insônia, enxaqueca, alterações da pressão, alterações da glicose e taquicardia, relacionadas a preocupações e formas de afetação pelo trabalho; e/ou comorbidades entre processos de adoecimento físicos e psicológicos, como: estresse, crises gástricas (gastrite, dores epigástricas), ansiedade, estados depressivos, crises hipertensivas, labirintite, gripes e resfriados constantes resultantes de baixa imunidade, diabetes, distúrbios hormonais, problemas dermatológicos, cistite, diarreia e dispepsia.

Com a presença desses elementos, e compreendendo a relação e a força que as condições de trabalho têm sobre a subjetividade do sujeito, pode-se supor que as afecções não atingem unicamente o aspecto físico ou psicológico do sujeito, mas pode haver uma relação entre ambos, ilustrando a afetação de um sobre o outro. Em consonância com essa perspectiva, existem autores como Lima e Lima-Filho (2009), que utilizam a expressão “desgaste biopsíquico do educador”, e salientam os fatores psicossociais do trabalho como possíveis fontes de origem de sobrecargas físicas e mentais. Ressaltam assim a vinculação existente entre esses diversos âmbitos.

Em seguida ao *Adoecimento psicossomático*, aparece com maior prevalência o *Adoecimento psíquico e emocional* e, por último, o *Adoecimento físico*. Isso contribui para a reflexão de que essa categoria profissional sofre de sintomas menos visíveis, alcançando espectros mais subjetivos, que muitas vezes passam como imperceptíveis, por não terem no corpo a marca do sofrimento. Corroborando essa compreensão, Gradella Júnior (2010) discorre a respeito da negação do sofrimento psicológico, que é evidenciada por expressões como “isso não é nada, é só psicológico”. Fica claro que, para a maioria das pessoas, pautadas em uma perspectiva naturalizante, as dificuldades emocionais e psíquicas devem ser solucionadas pelo próprio sujeito, posto que acreditam que essas são ocasionados por ele mesmo. Temos aqui a visão que tende a culpabilizar a própria vítima, condizente com o modo de subjetivação característico do capitalismo, que reduz todos os aspectos, inclusive o adoecimento, ao âmbito individual.

Na literatura consultada, conforme colocado por Servilha e Arbach (2011) estabelece-se uma divisão entre organização do trabalho e as condições de trabalho. A organização do trabalho inclui a divisão de tarefas e de pessoas, e as relações humanas envolvidas na execução do trabalho, estando mais relacionada às doenças mentais (Gradella Júnior, 2010). Já as condições de trabalho seriam referentes às condições ambientais de execução do trabalho e a estas são associadas às doenças físicas, segundo Fontana e Pinheiro (2010). Todavia, independente dessa divisão, alguns dos estudos analisados apontam para um foco no indivíduo, principalmente quando buscam uma solução

para os problemas, colocando assim, o “poder da mudança” na guarda do docente universitário.

Realizando uma avaliação específica por categoria encontrada, no interior do grupo *Adoecimento psíquico e emocional*, houve prevalência da subcategoria *Alterações emocionais e mentais*; caracterizadas por: perda de vitalidade (desânimo e insatisfação), profunda tristeza, desgaste mental (cansaço mental, alterações da concentração e da memória), angústia, preocupação, nervosismo (irritabilidade, mau humor), tensão e frustração.

É importante considerar que, apesar da falta de visibilidade, tais sintomas incidem em vários âmbitos da vida do sujeito, como: família (Corral-Mulato & Bueno, 2009; Garcia, Oliveira, & Barros, 2008; Lima & Lima-Filho, 2009), amigos (Corral-Mulato & Bueno, 2009; Garcia, Oliveira, & Barros, 2008; Lima & Lima-Filho, 2009), profissional (Corral-Mulato & Bueno, 2009; Fontana & Pinheiro, 2010; Servilha & Arbach, 2013), qualidade de vida e pessoal (Corral-Mulato & Bueno, 2009; Fontana & Pinheiro, 2010; Garcia, Oliveira, & Barros, 2009; Lima & Lima-Filho, 2009; Servilha & Arbach, 2011).

Em função dos aspectos expostos nessa subcategoria, vale salientar a possibilidade do desenvolvimento da Síndrome de Burnout, doença abordada em diversas pesquisas nas distintas categorias de trabalhadores, a qual incide, de modo dramático, sobre os docentes em geral, como largamente demonstrado em Codo (2002).

Segundo Corral-Mulato e Bueno (2009), a denominada Síndrome de Burnout é originada pelo rompimento da relação harmoniosa entre os âmbitos somático, emocional e intelectual; assim, tal patologia oferece grandes riscos à saúde mental do sujeito, bem como às esferas familiar, pessoal e profissional. Inicialmente, essa doença lenta, traiçoeira e progressiva, é difícil de ser detectada, pois pode passar por um mal-estar indefinido, nem sempre associado ao excesso de trabalho.

De acordo com as autoras, a Síndrome de Burnout apresenta como sinais iniciais: cansaço contínuo, desinteresse, perda de energia, exaustão e apatia. Seus principais sintomas estão classificados em físicos (fadiga constante e progressiva e dores musculares), psíquicos (ideação fantasiosa, dificuldade de se concentrar e diminuição da memória), emocionais (irritabilidade, ansiedade e depressão) e comportamentais (diminuição da flexibilidade nas relações interpessoais, falta de interesse pelo lazer e pelo trabalho).

Por fim, na categoria *Adoecimento físico*, a subcategoria *Desgaste físico* obteve maior incidência, sendo descrita pelos seguintes elementos: cansaço (fadiga e indisposição), prejuízo vocal, as afecções osteomusculares (dor nas costas, dor nos membros inferiores e superiores) e cefaleia (dor de cabeça). Essas problemáticas demonstram consequências ligadas às condições e aos processos de trabalho, e que são confirmadas pelos docentes, que as justificam pelo excesso de horas de trabalho em pé ou sentado, excesso de atividades e condições ambientais em geral, no que tange às condições de trabalho. Já sobre a forma como estão organizados os processos de trabalho, aparecem menções às relações de trabalho conflituosas

ou desagregadas, à exigência constante de qualificação profissional, problemas político-administrativos no trabalho, desgaste da voz em função da quantidade de aulas, problemas com alunos, atendimentos e trabalhos extra-aulas e ausência de autonomia decisória (Fontana & Pinheiro, 2010; Lima & Lima-Filho, 2009; Miranda, Pereira, & Passos, 2009; Servilha & Arbach, 2011, 2013; Xavier & cols., 2010).

Conclusões e perspectivas

Com base na análise dos artigos selecionados para este estudo, atingiu-se a proposta inicial de evidenciar os sintomas e modos de adoecimento que afligem os docentes universitários de instituições públicas, verificando-se a predominância de elementos psicossomáticos. Nota-se ainda que o adoecimento psíquico sobrepõe o físico, indicando o predomínio de prejuízos considerados mais subjetivos. Tais aspectos apontam para uma invisibilidade das problemáticas de saúde relacionadas ao trabalho dos docentes de universidades públicas, as quais podem ser tomadas como meros efeitos colaterais, incorrendo em uma naturalização do excesso de trabalho, da quantidade de demandas, e em uma aceitação tácita de todo esse processo nefasto.

Compreendendo a presença de sintomas e adoecimentos entre os professores universitários em contextos públicos, entende-se a necessidade de refletir sobre seus processos do trabalho, e como esses se organizam a partir da mesma lógica do âmbito privado. Faz-se importante repensar o modelo que rege o ensino universitário público e a educação em geral, bem como os critérios de avaliação desses fenômenos.

Considerando o caráter exploratório da presente investigação, aponta-se a necessidade de outros estudos, que examinem também as diferenças entre características da docência superior, seja dentro da classificação das áreas, ou entre os professores da graduação e pós-graduação. Sugere-se ainda investigar como os docentes lidam com os processos de saúde-doença, como os significam, e os recursos buscados e ativados por esses profissionais para defender-se da nocividade do trabalho.

Esta última linha investigativa, talvez seja a mais significativa, por possibilitar aos docentes pensar e refletir sobre o seu trabalho, sobre as condições e o modo de organização deste, bem como sobre seu papel na manutenção e reprodução dessa situação, ou na busca por formas de resistência. A esse respeito, entendemos que é fundamental denunciarmos o modelo produtivista, que se assenta na lógica neoliberal, a qual divide e adocece os trabalhadores também do ensino público superior.

Em outras palavras, propõe-se partir das reflexões desses sujeitos, para problematizar com eles seu entendimento sobre o trabalho como força motora vital que promove a expressão de sua subjetividade ou como promotor de sofrimento e adoecimento. Obviamente tais reflexões não devem se dar apenas no âmbito individual, mas fundamentalmente de forma coletiva, de modo a serem buscadas possibilidades

conjuntas de resistência e enfrentamento, que possam fazer o movimento contrário, irradiando da academia para outros setores da sociedade.

Referências

- Alves, G. (2011). *Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Antunes, R. (2010). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, SP: Cortez.
- Arbex, A.P.S., Souza, K.R., & Mendonça, A.L.O. (2013). Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 23(1), 263-284. Recuperado: 16 out. 2016. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v23n1/15.pdf>
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barros, N.M.G.C. (2012). *Riscos de adoecimento no trabalho: estudo com médicos e enfermeiros emergencialistas em um hospital regional mato-grossense*. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Administração, Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, MG.
- Bernardo, M.H. (2014). Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, 26, 129-139. Recuperado: 12 abr. 2016. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3spe/14.pdf>
- Borsoi, I.C.F. (2012). Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(1), 81-100. Recuperado: 15 mar. 2016 Disponível: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/viewFile/49623/53726>
- Bourdieu, P. (1994). O Campo Científico. In: Ortiz, R. (Org.), *A Sociologia de Pierre Bourdieu* (pp. 122-155). São Paulo, SP: Ática.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bourdieu, P. (2015). *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, RS: Zouk.
- Câmara, R.H. (2013). Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179-191. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>
- Caran, V.C.S., Freitas, F.C.T., Alves, L.A., Pedrão, L.J., & Robazzi, M.L.C.C. (2011). Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários. *Revista*

- Enfermagem UERJ*, 19(2), 255-261. Disponível: <http://www.facenf.uerj.br/v19n2/v19n2a14.pdf>
- Carvalho Júnior, A. & Alves, G. (2015). Precarização do trabalho docente e o adoecimento do professor de IES privadas. *Estudos do Trabalho*, 16, 79-95.
- Carvalho Neto, C.T. & Braga, L. (2014/2015). Adoecimento docente: a degradação do trabalho e da vida. *Revista FAFIC*, 4(4), 1-13.
- Codo, W. (2002). *Educação, carinho e trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Corral-Mulato, S. & Bueno, S.M.V. (2009). Docentes em enfermagem e a síndrome de Burnout: educando para a saúde. *CuidArte Enfermagem*, 3(2), 99-104. Disponível: <http://www.fundacaopadrealbino.org.br/facfipa/ner/pdf/ed05enfpsite.pdf>
- Coutinho, M.C.; Diogo, M.F.; Joaquim, E.P.; Borges, R.C.; Sandi Júnior, A. (2009). A greve como espaço de (re) significação do trabalho por servidores de uma universidade pública. In: Wittke, T.; Melogno, P. (Orgs.), *Producción de Subjetividad en la Organización del Trabajo* (pp. 210-222). Montevideo: Psicolibros.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo, SP: Cortez-Oboré.
- Elias, M.A. (2014). *Equilibristas na corda bamba: o trabalho e a saúde de docentes do ensino superior privado em Uberlândia/MG*. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP.
- Engels, F. (2004). Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Antunes, R. (Org.), *A Dialética do trabalho* (pp. 11-28). São Paulo: Expressão Popular.
- Farago, C.C. & Fofonca, E. (2011). A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. *Revista Linguagem*, 18(1), 1-5.
- Farias Júnior, R.S. (2014). *A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA. Disponível: http://www.ppged.com.br/bv/arquivos/File/tese14_rjunior.pdf
- Fontana, R.T. & Pinheiro, D.A. (2010). Condições de saúde auto-referidas de professores de uma universidade regional. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 31(2), 270-276. Disponível: <http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/12510/10235>
- Garcia, A.L., Oliveira, E.R.A., & Barros, E.B. (2008). Qualidade de vida de professor do ensino superior na área da saúde: discurso e prática cotidiana. *Cogitare Enferm*, 13(1), 18-24. Disponível: <http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/11945/8429>
- Gradella Júnior, O. (2010). Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 133-148. Recuperado: 23 out. 2016. Disponível: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/viewFile/25743/27476>
- Lago, R.R., Cunha, B.S., & Borges, M.F.S.O. (2015). Percepção do trabalho docente em uma universidade da região norte do Brasil. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 13(2), 429-450. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v13n2/1981-7746-tes-1981-7746-sip00049.pdf>
- Laurell, A.C. (1982). La Salud-Enfermedad como proceso social. *Cuadernos Médico Sociales*, 19, 1-11. Recuperado: 23 out. 2016. Disponível: <http://www.buenosaires.gob.ar/areas/salud/dircap/mat/matbiblio/laurell.pdf>
- Lima, M.F.E.M. & Lima-Filho, D.O. (2009). Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. *Ciências & Cognição*, 14(3), 62-82. Recuperado: 17 out. 2016. Disponível: http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v14_3/m253.pdf
- Lopes, M.C.R. (2006). "Universidade produtiva" e trabalho docente flexibilizado. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, (1), 35-48. Recuperado: 22 out. 2016. Disponível: <http://www.redalyc.org/pdf/4518/451844611005.pdf>
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Miranda, L.C.S., Pereira, C.A., & Passos, J.P. (2009). O estresse nos docentes de enfermagem de uma universidade pública. *Revista de Pesquisa: cuidado é fundamental*, 1(2), 335-344. Recuperado: 23 out. 2016. Disponível: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/410/377>
- Moreira, O.C., Oliveira, R.A.R., Andrade Neto, F., Amorim, W., Oliveira, C.E.P., Doimo, L.A., Amorim, P.R.S., Laterza, M.C., Monteiro, W.D., & Martins, J.C.B. (2011). Associação entre risco cardiovascular e hipertensão arterial em professores universitários. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 25(3), 397-406. Recuperado: 15 jul. 2016. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v25n3/v25n3a05.pdf>
- Nardi, H.C. (2006). A naturalização do discurso liberal: riscos da privatização do público. In: Spink, M. J.; Spink, P.K. (Orgs.), *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais* (pp. 165-188). São Paulo: Cortez.
- Noriega, M. (1993). Organización laboral, exigencias y enfermedad. In: Laurell, A.C. (Org.), *Para la investigación sobre la salud de los trabajadores* (pp. 167-187). Washington: OPAS.
- Servilha, E.A.M. & Arbach, M.P. (2011). Queixas de saúde em professores universitários e sua relação com fatores de risco presentes na organização do trabalho. *Distúrbios da Comunicação*, 23(2), 181-191. Recuperado: 20 set. 2016. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/277210277_Queixas_de_

saude_em_professores_universitarios_e_sua_relacao_com_fatores_de_risco_presentes_na_organizacao_do_trabalho

Servilha, E.A.M. & Arbach, M.P. (2013). Avaliação do efeito de assessoria vocal com professores universitários. *Distúrbios da Comunicação*, 25(2), 211-218. Recuperado: 23 out. 2016. Disponível: <http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/viewFile/16474/12371>

Silva, A.H. & Fossá, M.I.T. (2015). Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualitas Revista Eletrônica*, 16(1), 1-14. Recuperado: 05 ago. 2016. Disponível: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>

Silvério, M.R., Patrício, Z.M., Brodbeck, I.M., & Grosseman, S. (2010). O ensino na área da saúde e sua repercussão na qualidade de vida docente. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 34(1), 65-73. Recuperado: 03 set. 2016. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v34n1/a08v34n1.pdf>

Spink, P. & Alves, M.A. (2011). O Campo Turbulento da Produção Acadêmica e a Importância da Rebelião Competente. *Revista O&S*, 18(57), 337-343.

Tavares, J.P., Magnago, T.S.B.S., Beck, C.L.C., Silva, R.M., Prestes, F.C., & Lautert, L. (2014). Prevalência de distúrbios psíquicos menores em enfermeiros docentes. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 18(3), 407-414. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v18n3/1414-8145-ean-18-03-0407.pdf>

Xavier, F.A., Barboza, L.F., Monteiro, A.M.P., Santos, L.C. & Oliveira, D.R. (2010). Fatores de risco cardiovascular entre docentes de uma universidade pública de Minas Gerais. *Revista Mineira de Enfermagem*, 14(4), 465-472. Recuperado: 20 mar. 2016. Disponível: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=20153&indexSearch=ID>

Recebido em: 01 de novembro de 2016

Aprovado em: 08 de maio de 2017

Sobre as autoras

Amanda da Silva Dias Oliveira (amanda_sdo7@hotmail.com)

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia- MG.

Maristela de Souza Pereira (maristela.ufu@gmail.com)

Doutora em Psicologia Social; Professora Adjunta do curso de Psicologia. Universidade Federal de Uberlândia-MG.

Luana Mundim de Lima (luana_mun_dim@hotmail.com)

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia- MG.